



**COMISSÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER N.º /2024**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária n.º 029/2024, que dispõe sobre medidas para equacionamento do déficit atuarial do Fundo de Previdência Social do Município de Pires do Rio/GO, altera a Lei Municipal n.º 4.171, de 26 de maio de 2023, e dá outras providências, de autoria da prefeita, Sr.^a Maria Aparecida Marasco Tomazini.

O projeto foi apresentado em sessão e, na sequência, foi encaminhado ao Departamento Jurídico que manifestou-se favoravelmente à tramitação da matéria, mediante a realização de reuniões com *experts* (f. 07/08).

Após, a propositura foi remetida a esta Comissão.

É o necessário relato.

II – PARECER

Ao apreciar o Projeto de Lei, verifica-se que se refere a matéria de competência concorrente, conforme reza o artigo 24, inciso XII, da Constituição Republicana¹ e artigo 29, inciso II, da Lei Orgânica Municipal². A Carta Magna, além disso, estabelece competência para cada ente federado estabelecer regras ao seu regime próprio de previdência social³.

Além disso, a proposta legislativa possui intento de promover transição, a partir da competência de janeiro de 2025, para a base de cálculo dos benefícios de aposentadorias e pensões concedidas até a data da publicação da Lei n. 4.171, de 26

¹ **Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

[...]

² **Art. 29.** Compete ao Município:

[...]

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

[...]

³ **Art. 149.** Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.



de maio de 2023, não havendo óbice à sua regular marcha nesta Câmara Municipal, vez que encontra guarida no ordenamento jurídico vigente.

III – VOTO

Pelo exposto, esta Comissão de Justiça e Redação, **OPINA** pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária n.º 029/2024, porquanto o original cumpre os requisitos da legalidade, constitucionalidade, bem como aqueles concernentes ao Regimento Interno, além de ostentar boa técnica legislativa.

É como votamos.

Pires do Rio, 28 de agosto de 2023.

Vereador **WATEVILO BENJAMIN COTRIM JÚNIOR**

Presidente


Vereadora **MARINA MATTOS DE AGUIAR**

Relatora


Vereador **WILSON MARTINS FERREIRA**

Membro